

ETNOMUSICOLOGIA Encontro na UFMG permitiu que música aproximasse culturas distantes

A couve-flor e a ostra



André Prous

*Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal de Minas Gerais*

Há dois anos, vendo os preparativos para as festividades dos 500 anos do descobrimento do Brasil, imaginei que três fenômenos fossem ocorrer: uma festa planejada pelos membros da classe intelectual dominante para regozijo dos seus pares; uma apresentação folclorizante dos aspectos supostamente ‘exóticos’ da cultura brasileira (a indianidade e a negritude) e uma série de eventos museológicos nos quais se privilegiasse quase exclusivamente a experiência visual.

As conseqüências seriam um silêncio da maioria pobre da população em um momento que devia ser de reflexão sobre a cultura brasileira; uma falta de respeito aos grupos oprimidos; um esquecimento do mundo das sonoridades, tão importante na vida da população: afinal, sabemos que a música é uma

das maiores formas de auto-afirmação que a cultura brasileira manifesta frente à globalização.

Felizmente, uma série de ocorrências retificou parcialmente a sombria previsão. A grande mostra ‘Brasil 500 e mais’, realizada em São Paulo, no parque Ibirapuera, abriu grande espaço para as artes indígenas, negras e ‘populares’. As manifestações e os choques ocorridos perto do monte Pascoal proclamaram

para o mundo a vitalidade dos ‘esquecidos’. Enfim, os sons do Brasil ‘periférico’ irromperam no meio universitário, no encontro de etnomusicologia realizado na Universidade Federal de Minas Gerais em outubro do ano passado.

Nesse evento, organizado por pesquisadores da Escola de Música, do Departamento de Sociologia/Antropologia da UFMG e pela professora Glauro Lucas, recém-mestre pela Universidade de São Paulo, o objetivo foi dar a palavra, ao mesmo tempo, a etnomusicólogos e representantes das comunidades por eles estudadas durante anos. Dessa forma, seria possível, para quem assistiu ao encontro, confrontar, sem intermediários, opiniões e vivências; fazer com que a música aparecesse como um fenômeno vivido e não apenas como tema de reflexão acadêmica; dar chance aos ‘objetos’ da pesquisa de aparecerem como sujeitos. Essa tentativa – provavelmente sem precedentes – teve resultados muito além do esperado e talvez se torne um marco na prática acadêmica.

Gostaria de apresentar aqui minhas primeiras reflexões e expressar emoções. Talvez a maior característica tenha sido o casamento permanente dos aspectos reflexivo e emocional, dentro de um ambiente festivo, no sentido mais nobre da palavra. Vivemos a felicidade de ir uns para os outros, com a vontade de conhecer, no respeito e na diferença, em uma festa de cores, sons e movimentos; às vezes na dança em espaços abertos, outras, no ambiente simples e maravilhosamente decorado do auditório, ou até no recolhimento da luz trêmula de uma vela. Vimos coexistir a dignidade dos representantes de Congados, a sofrida vontade de resistência dos índios Pataxó, a felicidade de viver dos Kamayurá, a

Em momento algum vimos solistas, mas sempre grupos tocando ou alguém que representava uma comunidade. Não vimos músicos profissionais, mas pessoas que praticavam a música como forma de participar de um conjunto.

Uma agressão para nossa sociedade consumidora de individualidade

elegância dos Bassari, especialmente vindos do Senegal, o espanto dos jovens acadêmicos.

O primeiro ponto a salientar é a irrupção maciça do ‘povo’ nos espaços da universidade. Desde a primeira noite, milhares de populares invadiram o centro cultural da praça da Estação. Nos dias seguintes, foram sobretudo grupos convidados – congadeiros, africanos, índios de uma dezena de ‘nações’ – que se arriscaram no espaço sagrado do *campus*.

Esperamos que esse primeiro passo encoraje os universitários a se abrir mais à comunidade. Uma brecha começou a se abrir na tradicional incompreensão que existe entre estudantes e populares; todos sabem o quanto aprenderam uns com os outros. Mesmo que a notada passagem de jovens índios emplumadas pelos corredores do Instituto de Ciências Biológicas tenha sido sobretudo motivo de curiosidade para os alunos dessa unidade, estes ao menos se deram conta de que os índios existiam de verdade no Brasil e podiam até passear no meio deles.

O segundo ponto de reflexão é sobre o sentido da palavra música. Observadores casuais poderiam pensar que ela foi pouco analisada. De fato, falou-se muito do ‘texto’ e do ‘contexto’. Ficou claro o quanto a nossa noção intelectual de música – manifestação separada da vida (alguém falou de “música absoluta”) – é etnocêntrica e não faz sentido para os índios e africanos presentes, assim como para muitos brasileiros. A expressão sonora é inseparável da vida na maioria das culturas (entre elas, precisamos reconhecer a existência de uma cultura ocidental não erudita).

Lembremos, como exemplo, que enquanto uma missa pode ser rezada com ou sem acompanhamento musical, um ritual afro-brasileiro não pode ocorrer senão através das sonoridades e dos ritmos, veículos da mensagem religiosa; vários grupos indígenas deixaram entender que, ao perder sua música, perderiam sua alma. Nesse sentido, esclarece-se a tentativa dos Pataxó de reencontrarem uma identidade lingüística e musical, mesmo que através de empréstimos (RAP, MPB, palavras tupis), de uma forma que alguns dos presentes estranharam.

O terceiro ponto tem muito a ver com o primeiro: a música é, para a maioria das culturas, uma maneira privilegiada de viver a comunidade. Em momento algum, vimos solistas, mas sempre grupos tocando ou alguém que representava uma comunidade. Não vimos músicos profissionais, mas pessoas que praticavam a música como forma de participar de um conjunto. Uma agressão para nossa sociedade consumidora de individualidade. Citando mais uma vez os Pataxó – seu contato permanente com o mundo branco levou-os a expressar-se de uma maneira mais facilmente inteligível para nós –, a

música permite viver a comunidade e não a sociedade. “Sociedade vem de sócio, e a gente sabe que os sócios são pessoas que se odeiam; em nossas comunidades, tudo é feito em comum.”

Primeiro, a coletividade

Não caímos no erro romântico de acreditar que os índios, os africanos tribalizados ou os congadeiros sejam imunes às tensões sociais (os organizadores do encontro bem que o puderam verificar!). Mas manifestava-se a cada momento o fato de que, entre os convidados de etnias diferentes da nossa (a dos acadêmicos), ninguém decidia nada por si, sem levar em conta a coletividade. Os Bassari apresentaram, pela primeira vez fora de seu território, a dança de um espírito mascarado; os detalhes dessa realização foram discutidos durante meses na aldeia de origem, e a possibilidade dessa atuação ritual foi aceita apenas diante da promessa formal, por parte do etnólogo, de que não havia nenhum Bassari morando em Belo Horizonte – pois este poderia ter descoberto quem estava atrás da máscara. Os não-Bassari podiam fazer a mesma dedução, mas isso era menos grave.

Outra lição que muitos entenderam através do exemplo foi que a música não é um campo neutro, apenas um objeto de conhecimento científico. Algumas perguntas feitas pelos assistentes não podiam ser respondidas, pois as respostas eram reservadas aos iniciados. Os limites da ciência acadêmica esbarravam nos limites da ciência dos iniciados. Forçar uma brecha seria uma total falta de respeito em relação aos convidados, e muitos aceitaram esse fato. Respeito, uma atitude que se manifestou o tempo todo, através de um aprendizado por vezes difícil. Um etnólogo recusou-se a traduzir uma pergunta – inofensiva para quem a formulava, mas que seria ofensiva para quem deveria responder. O Bassari mascarado desapareceu após a representação, não só porque tinha que deixar o espírito desencarnar, mas também porque tinha vergonha frente à possibilidade de ser reconhecido por algum dos assistentes. Quanto a nós, seus amigos, tivemos que mostrar que não sabíamos quem era o mascarado. ▶

A arrogância dos cientistas ocidentais curvou-se diante da legítima resistência dos portadores de outros saberes. Aqui cabe a frase mais citada no congresso, dita por uma princesa de guarda Moçambique do Reinado de Nossa Senhora do Rosário: “Há momentos em que a gente pode se abrir como uma couve-flor; há outros em que devemos nos fechar como uma ostra”.

Experiência nova, certamente, para os pesquisadores de outras áreas que acreditam que todo saber pode e deve ser dispensado sem limites, sem preâmbulos, e que a ciência acadêmica tem todos os direitos. O pudor não é só do corpo; muitos saberes são para quem deles se mostrou digno. Na Escola de Música da UFMG, a arrogância dos cientistas ocidentais curvou-se diante da legítima resistência dos portadores de outros saberes. Aqui cabe a frase mais citada no congresso, dita por uma princesa de guarda Moçambique do Reinado de Nossa Senhora do Rosário: “Há momentos em que a gente pode se abrir como uma couve-flor; há outros em que devemos nos fechar como uma ostra.”

Os participantes do encontro ouviram muitas vezes essa reivindicação de respeito por parte dos congadeiros, particularmente quando um advogado levantou o problema dos direitos autorais de coletividades (foram apresentados exemplos recentes e vergonhosos de aproveitamento para fins comerciais e sem autorização de gravações feitas em congados). Todos foram unânimes: “O que queremos é respeito, não dinheiro.” Não cabe aqui discutir se a religião dos pobres deve ou não engordar os ricos de graça, mas foi muito emocionante ver um músico profissional levantar-se, expressando sua preocupação em achar um caminho para poder aproveitar as expressões comunitárias sem ferir seus legítimos direitos. Foi também nesse contexto que se pronunciou outra linda frase: “Se não temos a mesma fé dessas pessoas, pelo menos tenhamos fé na fé delas.” Nesse encontro, todos nós – índios, ‘brancos’ e negros – sabíamos que poderíamos praticar um gesto errado em relação ao ‘outro’, mas sabíamos também que isso seria por falta de conhecimento e não de respeito.

Na hora das despedidas, uma pessoa perguntou a um Bassari se, na sua cultura, seria aceitável abraçá-lo; ele respondeu que não, mas que, no Brasil, aceitava de bom grado. Um abraço emocionado se seguiu, manifestação de compreensão e boa vontade mútua nas pequenas coisas, símbolo de profundo respeito. Certamente, resultado do amadurecimento das pessoas durante a convivência de vários dias. Acredito que seja pensando nesse tipo de coisas que um estudante disse a seus colegas: “Aprendi mais nesta semana que durante um ano na universidade.”

Que felicidade para nós, organizadores, sentir que não fizemos apenas um congresso, mas que ajudamos nossos colegas e estudantes a tornarem-se mais plenamente hu-

manos. Que felicidade ouvir os indígenas de tantas etnias dizerem publicamente quanto acharam o evento bonito, quanto era bom trocar experiências e pensar sua identidade através dos contatos entre ‘nações’. Quão gratificante escutar um jovem Bassari refletir sobre a situação das etnias africanas do Senegal, a partir da sua descoberta da realidade brasileira! Não se trata de uma visão ufanista, de um otimismo ingênuo. Todos entendemos que a sobrevivência da diversidade dos povos, a preservação de seus valores, passa por uma luta difícil, na qual o que chamamos música tem um peso enorme, do qual poucos até então suspeitavam.

Que angústia também a nossa ao escutar um Pataxó repetir “agüentamos 500 anos, estamos preparados para agüentar mais 500”, manifestando sua determinação pela dança e pelo canto; usando palavras de línguas emprestadas enquanto proclamava: “Não deixamos de ser índios por termos perdido nossa língua, da mesma forma que os portugueses não deixaram em 500 anos de ser portugueses por terem mudado ao longo desse tempo.” Quando a música popular brasileira absorverá a face indígena da música, como já absorveu – a duras penas – os ritmos trazidos pelos escravos? Será preciso mais 500 anos? Quanto à música oficial, ensinada nos conservatórios, ainda fica privilegiando a tradição melódica européia. Quando conseguirá reconhecer musicalidade nos jogos de sonoridades e microintervalos, cuja riqueza mal começamos a perceber após uma semana de aprendizagem?

Muito além da música

Sem dúvida, o leitor vai achar que este texto (na verdade, mais um grito do coração que um discurso) fala pouco de música e muito de algo que se parece com política. Nesse caso, terá entendido o sentimento que deve ter penetrado em todos os acadêmicos presentes ao encontro: não há separação entre essas coisas. A música também é vida, é modo de compartilhar, de entrar em comunhão com quem comparte nossos códigos (por isso, as músicas também podem separar os povos, assim como as línguas diferentes); ela é, portanto, política.

Política foi nossa decisão de fazer, para a comemoração dos 500 anos, um encontro com convidados apenas negros e índios, sem nos preocuparmos com representantes da música de tradição européia: esta tinha tido todas as chances de se expressar ao longo da história do Brasil e ainda tem hegemonia no ensino oficial. Que não se pense em vontade de exclusão ou vingança: sou branco e apaixonado pela música que aqui se chama de ‘erudita’; queria ouvir meus vizinhos, aqueles que vivem perto de mim nos bairros periféricos, que mal se vêem no desempenho das suas humildes funções na minha universi-

Que felicidade para nós, organizadores, sentir que não fizemos apenas um congresso, mas que ajudamos nossos colegas e estudantes a tornarem-se mais plenamente humanos

dade e que, no seu próprio contexto, livres de escolher seu modo de expressão, revelam-se em toda sua riqueza e dignidade.

Queria, no entanto, dar uma oportunidade ao leitor desejoso de saber alguma coisa do que se aprendeu sobre as formas musicais no encontro. Permitam-me ainda ser provocativo nesse ponto. Interrogado sobre o que pensava das relações entre as músicas brasileiras e a africana dos Bassari, um dos dois anciões dessa etnia respondeu que a dos índios era muito parecida com a música Bassari de sua juventude. Reflexão que espantou a todos; lição magnífica esta que mostra o quanto é sempre preciso desconfiar das idéias recebidas. Com efeito, mesmo a música Bassari atual – a que nos foi apresentada por nossos amigos – é muito diferente da imagem que se tem da música africana.

Entre os Bassari, os tambores só são usados para ritos de iniciação (arriscando até a morte quem os usar fora do contexto autorizado). Não há ritmos complexos ou gestos bruscos e fortes (a não ser no caso dos mascarados, mas esses não são humanos, são espíritos). Os Bassari movi-

mentam-se suavemente, com gestos comedidos. Quando suas mulheres dançam (o que não ocorreu durante o encontro – só vieram homens), atam-se guizos em seus tornozelos, que não devem ser ouvidos; as moças deslizam com a máxima delicadeza, pois se o sino de uma delas retinir, ela e todas as suas companheiras da mesma idade terão vergonha e serão punidas com um cansativo dia de trabalho no campo.

Esse exemplo exótico mostra-nos que música não é apenas música – aliás, algo que nossa própria história demonstra. O papel dos hinos (a Marselhesa, a Internacional), das óperas de Verdi e de Wagner, da música de Grieg, dos maiores compositores russos, dos Beatles foi, ao longo dos dois últimos séculos, o de uma afirmação de valores nacionalistas, classistas, o grito de uma geração e, hoje em dia, até a marca da identidade tribal-esportiva.

Para concluir, desejamos a nossos vizinhos que possam sempre, daqui para frente, dispor do espaço da universidade, e a nós, acadêmicos, que sejamos mais cientes do mundo que nos rodeia, para que a couve floresça e a ostra se abra. ■



A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA foi fundada em São Paulo, em 1948. É uma entidade civil sem fins lucrativos nem cor política e religiosa, voltada para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico no país. Desde sua fundação organiza e promove reuniões anuais, com a participação de cerca de 70 sociedades e associações científicas das diversas áreas do conhecimento, onde professores e estudantes discutem seus programas de pesquisa. Temas e problemas nacionais e regionais são debatidos com participação franqueada ao público em geral. Através de suas secretarias regionais, promove simpósios, encontros e iniciativas de difusão científica ao longo de todo o ano. Mantém ainda quatro projetos nacionais de publicação: a revista *Ciência e Cultura* (1948) e a revista *Ciência Hoje* (1982-), que se destinam a públicos diferenciados, o *Jornal da Ciência* (1986-) e a revista *Ciência Hoje das Crianças* (1986-). Podem associar-se à SBPC cientistas e não-cientistas que manifestem interesse pela ciência; basta ser apresentado por um sócio ou por um secretário-regional e preencher o formulário apropriado. A filiação efetiva-se após a aprovação da diretoria, e dá direito a receber o *Jornal da Ciência* e a obter um preço especial para as assinaturas das revistas.

SEDE NACIONAL: Rua Maria Antônia, 294, 4º andar, CEP 01222-010, São Paulo, SP, tel.: (11) 259-2766, fax: (11) 3106-1002.

ÁREA DE REPRESENTAÇÃO A: Amazonas (Andréa Viviana Waichman). Fac. Ciências Agrárias - Univ. Amazonas - Dep. Pesca. Av. Gen. Otávio Jordão Ramos, 3.000. CEP 69077-000, Manaus/AM. Tel. (92) 644-2354/2322. Fax: (92) 644-2384. awaichman@hotmail.com; **Maranhão** (Luiz Alvez Ferreira). Av. dos Portugueses, s/n - Campus Univ. Bacanga. Área de Convivência, Bl. 1 - Sl. 1. CEP 65080-040, São Luís/MA. Tel. (98) 231-3644. Tel./Fax: (98) 217-8183. luizferreira@elo.com.br. **ÁREA DE REPRESENTAÇÃO B: Bahia** (Gizélia Vieira dos Santos). UFEFS - Av. Universitária, s/n - Br. 116 - Km 03 - Campus Universitário. CEP 44031-460, Feira de Santana/BA. Tel. (75) 224-8278. Fax: (75) 224-8019/8288. gizelia@uefs.br/gizelia@e-net.com.br; **Ceará** (Lindberg Lima Gonçalves). Dep. Física da UFC - C.P. 6030 - Campus do Pici. CEP 60451-970; Fortaleza/CE. Tel. (85) 288-9911/14. Fax: (85) 288-9636. lindberg@fisica.ufc.br; **Pernambuco** (José Antonio Aleixo da Silva). UFRPE - Dep. Ciência Florestal. Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos. CEP 52171-030, Recife/PE. Tel. (81) 441-4577 - r. 423. Fax: 441-4090. aleixo@elogica.com.br; **Piauí** (Willame Carvalho e Silva). Rua Benjamin Constant, 1.367 - sl. 05. CEP 64000-280, Teresina/PI. Tel. (86) 221-4420/237-1532. willame.carvalho@uol.com.br; **Rio Grande do Norte** (Lúcio Flávio de Sousa Moreira). UFRN - Prédio da Reitoria - Pró-reitoria de Planejamento e Coord. Geral. Campus Universitário - Lagoa Nova. CEP 59078-970, Natal/RN. Tel. (84) 215-3140/3141. Fax: (84) 215-3200. lmoreira@cb.ufrn.br; **Rondônia** (Célio José Borges). Dep. Educação Física da UNIR - C.P. 460. CEP 78900-970, Porto Velho/RO. Tel. (69) 216-8558/8555. ceborges@unir.br. **ÁREA DE REPRESENTAÇÃO C: Distrito Federal** (Alberto de Carvalho Peixoto de Azevedo). Dep. Matemática - UnB. CEP 70910-900, Brasília/DF. Tel. (61) 307-2442 - r. 224. Fax: (61) 273-2737. acpa@unb.br; **Goiás** (João Teodoro Pádua). Dep. Produção Animal - EV/UFG - C.P. 131 - Campus II. CEP 74001-970, Goiânia/GO. Tel. (62) 821-1591/92/94. Fax: (62) 821-1593. teodoro@vet.ufg.br; **Minas Gerais** (Andréa Mara Macedo). ICB-UFGM - Dep. Bioquímica e Imunologia. Av. Antonio Carlos, 6.627. CEP 31270-910, Belo Horizonte/MG. Tel. (31) 499-2641. Fax: (31) 499-2984. andrea@mono.icb.ufmg.br. **ÁREA DE REPRESENTAÇÃO D: Rio de Janeiro** (Adaauto José Gonçalves de Araújo). ENSP/FIOCRUZ - R. Leopoldo Bulhões, 1.480-6º and. CEP 21041-210, Rio de Janeiro/RJ. Tel. (21) 598-2587. Fax: (21) 598-2610. adaauto@ensp.fiocruz.br. **ÁREA DE REPRESENTAÇÃO E:** No atual mandato não temos nenhuma representação no Estado de São Paulo; **ÁREA DE REPRESENTAÇÃO F: Paraná** (Luiza Marta Bellini). Dep. Fundamentos da Educação - UEM. Av. Colombo, 5.790 - Jd. Univ. CEP 87020-900, Maringá/PR. Tel./Fax: (44) 263-2164. bellini@wnet.com.br

SECCIONAIS: Curitiba (Euclides Fontoura da Silva Junior). UFPR - Setor Ciências Biológicas. Museu de Ciências Naturais - C.P. 19031. CEP 81531-990, Curitiba/PR. Tel. (41) 361-1628. Fax: (41) 266-2042. efontour@garoupa.bio.ufpr.br; **Rio Grande do Sul** (Sérgio Bampi). Inst. Informática - UFRGS - C.P. 15064. CEP 91501-970, Porto Alegre/RS. Tel. (51) 316-6812. Fax: (51) 319-1576. bampi@inf.ufrgs.br; **Santa Catarina** (Sílvio Coelho dos Santos). Rua Idalina Pereira Santos, 47 - Agrônômica. CEP 88025-260, Florianópolis/SC. Tel. (48) 331-9250 - r. 25/333-1551. Fax: (48) 331-9364/9751. silvio@cfn.ufsc.br